

APRESENTAÇÃO

POLÍTICAS LOCAIS, CENTRALIDADES E REGIÕES: BRASIL, CHILE E ARGENTINA

DOI: 10.5935/2177-6644.20180001

José Adilçom Campigoto
Ancelmo Schörner
Organizadores do Dossiê

Neste dossiê apontamos algumas possibilidades do conceito “região” para a escrita da história. Este trabalho, elaborado com a contribuição de seis historiadores e de um sociólogo, tem alguns traços característicos de uma tradição que, desde o início do século XX, marcou a Escola de Annales. Lucien Febvre, ao escrever sobre “A terra e a evolução humana” e Fernand Braudel, dissertando a respeito das tensões e convergências entre “História e Ciências Sociais”, nos inspiraram a coordenar a juntada das presentes discussões.

As reflexões, as proposições e as práticas metodológicas empreendidas pela primeira geração de Annales, na aproximação com a geografia, aparecem mais expressivamente por meio do conceito de região e das concepções de espaço. Os artigos resultaram de atividades desenvolvidas em torno da temática acima, por professores pesquisadores participantes de encontros internacionais na área de História¹ e da Educação popular.²

Embora os textos caracterizem-se como conhecimento aplicado, nessa introdução discutiremos, ainda que rapidamente, alguns pontos a respeito das obras de Lucien Febvre e de Marc Bloch. Daremos mais destaque ao primeiro, por conta dos procedimentos regionais e do seu engajamento para a distinção, um tanto

¹ I e II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UPEG-UNICENTRO – Irati/PR, 2013 e Ponta Grossa/PR, 2015.

² V SEMINÁRIO DA REDE CASLA-CEPIAL. Conflitos Socioambientais, Segurança e Soberania Alimentar na América Latina. Curitiba, 2016.

radical, entre o possibilismo e o determinismo geográfico. A leitura da bibliografia referente ao tema evidencia a importância da intervenção deste historiador porque, a partir de sua influência e com base nela, como que se organizou uma espécie de programa em que o autor, “[...] estabelece as bases de uma colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores [...]” (PERLATTO, 2010, s/p). Ocorre que, em termos metodológicos, tal associação teve seus percalços e principalmente, com relação à noção de região, como veremos adiante.

Afirma-se que Febvre empenhou-se no debate regional, marcando uma distinção muito rígida e até mesmo dualista entre a geografia produzida na perspectiva de La Blache e a produção feita pelos geógrafos alemães coevos, basicamente, por Friedrich Ratzel. Pode-se dizer, no entanto, que seu trabalho se deveu mais ao desejo de definir o objeto da Nova História, tendência historiográfica nascente nas primeiras décadas do século XX. Dessa aspiração derivaram suas incursões e emissão de opiniões com respeito às regras de produção da geografia.

Segundo Campos (2014, pp. 423-424), o chamado “historiador dos espaços” propôs que, à geografia, como objeto

Resta-lhe o solo sobre o qual vivem os homens – e o clima, as produções e todas as condições de existência próprias dos lugares que frequentam e que também ocupam, enquanto membros de grupos de outra natureza: os grupos territoriais. [...] segundo ele, “os grupos sociais poderiam ser deixados de lado pela Geografia [...] O homem é um agente geográfico, e não o menos importante. Contribui para revestir, conforme os lugares, a fisionomia da Terra com essas “expressões mutáveis” que a geografia “tem por tarefa especial” estudar. [...] E tal ação do homem sobre o meio é precisamente o que de humano entra no âmbito da geografia. A geografia é, repete incisivamente Vidal de la Blache [...], a ciência dos lugares, e não a ciência dos homens.

Essa definição de saberes a partir dos objetos, no entanto, vamos considerá-la como insuficiente porque o mesmo Febvre aplicou noções e métodos da “ciência dos lugares” para escrever “A terra e a evolução humana”, obra que se tornou referência na área de história. É o caso do recorte regional, procedimento desenvolvido no âmbito da pesquisa geográfica, desde a década de 1880.

Em 1903, La Bache publicou o *Tableau de la géographie de la France* apresentando as diferentes partes do território francês. O conceito básico utilizado

foi o de “região natural”, a parte de uma totalidade dada pela geologia, pelo relevo e pelo clima característico de uma fração constitutiva do território nacional (no caso francês *Bassin parisien*, *Massif central* e *Midi océanique*). Ainda metodologicamente, estas podiam ser divididas em unidades menores segundo alguns critérios: a história local, as particularidades econômicas e políticas, as rotas comerciais e a influência dos centros urbanos sobre as populações circunvizinhas.

Desde a obra acima citada, escrita por Febvre, ele mesmo descartou o conceito de “região administrativa”. Passou a conceber região como “[...] individualidade natural, em que o meio físico interage com a ação dos grupos humanos, criando uma unidade espacial distinta” (GRAÇA FILHO, 2009, p.7). Em parceria com Marc Bloch passou a incentivar a escrita da história em forma de monografias regionais, destacando-lhes o caráter empírico e a vantagem de que, a partir de investigações locais se poderia chegar a uma visão mais completa da totalidade. Bloch, realçou a facilidade de acesso aos arquivos regionais, apesar de apontar o entrave representado pela dispersão dos documentos.

Essa valorização da noção de região e do recorte regional no âmbito da história se deveu, igualmente, ao enfoque comparativo utilizado por Febvre e às teses de Bloch de que se deveria encontrar a unidade real, uma coesão que poderia prescindir de fronteiras. Ao mesmo tempo, dizia ser necessário escapar às construções imaginários dos antigos geógrafos (GRAÇA FILHO, 2009, p.8-9).

Este caminho, contudo, apresentou dois obstáculos consideráveis: a escolha da escala a adotar no estabelecimento dos recortes e o paradoxo de que, quanto mais se determina os limites de uma região, tanto mais se decompõe o elemento que lhe consigna a identidade. Por conta destes pontos, a primeira geração de *Annales* descobriu, em curto espaço de tempo, os limites do método vidalino e, no contato com a segunda geração, esclareceu que a região deveria perder a aura de objeto do saber histórico.

O problema formulado pelo pesquisador em história (a problemática) foi posto no lugar das unidades espaciais. Na mesma proporção, o método da descrição regional tornou-se alvo de críticas contundentes (inclusive por parte dos sociólogos coevos). O argumento era de que a ênfase descritiva do espaço regional forçava uma indiferença em relação às antigas identidades que, em outras épocas, existiram nestas mesmas regiões. Por isso, introduziu-se, aos poucos, a perspectiva

da longa duração, da ação do tempo em determinada fração do espaço, ou conforme um recorte específico, dado, por exemplo, em função de um acidente geográfico.

Essa ideia apareceu claramente na obra *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel. Ali, ampliou-se o ponto de vista de que o espaço deve ser o principal cúmplice para a produção do saber em história. Por conta dessa visão, o lugar em que as coisas acontecem “[...] para Braudel, explica diversos aspectos das civilizações [...]” (HEISNFELD, 2013, p. 135).

Convém ressaltar, no entanto, que naquele momento, os pesquisadores da segunda geração de *Annales* lançavam mão dos conceitos de distância e comprimento, comumente vinculados à dimensão espacial. Eles os aplicaram à perspectiva do tempo. Braudel referia-se à

[...] a importância, a utilidade da história, ou antes, da dialética da duração, tal qual ela se desprende do trabalho, da observação repetida do historiador; nada mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que esta oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se. Quer se trate do passado, quer da atualidade, uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum das ciências do homem (BRAUDEL, 1965, p. 236).

A modificação do objeto significou certa rejeição ao conceito de região, pelo menos de sua centralidade na pesquisa, mas isso não implicou a abdicação da regionalidade. Braudel (1965, p 293) mesmo escreveu o seguinte em relação a este ponto:

No entanto, não esqueçamos uma última linguagem, uma última família de modelos, a bem dizer: a redução necessária de toda realidade social ao espaço que ela ocupa. Digamos a geografia, a ecologia, sem nos determos muito nestas fórmulas, para escolher entre elas. [...] Os modelos espaciais são estas cartas em que a realidade social se projeta e parcialmente se explica, modelos verdadeiros para todos os movimentos da duração (e sobretudo da longa duração), para todas as categorias do social. Mas a ciência social os ignora de uma maneira espantosa. [...] É preciso que todas as ciências sociais, por sua vez, dêem lugar a uma “concepção (cada vez) mais geográfica da humanidade”, como Vidal de La Blache pedia, já em 1903.

A partir destas reflexões e de sua aceitação no meio acadêmico, a geografia deixou de ser um fim em si mesmo para tornar-se um meio. Consideremos, da citação, que ter uma concepção mais geográfica da humanidade não equivale a invadir o campo da geografia ou a adotar as regras próprias do trabalho dos geógrafos. Significa, para nós historiadores, que na escrita da história podemos e devemos adotar categorias e procedimentos vinculados à produção do saber sobre o espaço. A dimensão espacial do interesse do historiador, no entanto, será mais restrita e específica comparativamente à seara do geógrafo. Primeiro, faz parte das regras de produção escrita da história que o lugar dos eventos não seja falsificado. Além disso, o campo de interesse do historiador é o dos acontecimentos, da imaginação e o espaço praticado.

Michel de Certeau, talvez mais que outros historiadores, compreendeu e levou adiante as conexões entre espacialidade e lugar praticado. Em *A invenção do cotidiano* escreveu que “Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço” (CERTEAU, 1994, p. 200). O autor propunha a tese de que todos nós praticamos lugares sempre que fazemos relatos, reiterando a ideia do tratamento conjunto do binômio tempo/espaço.

O espaço é, assim, uma construção prática uma série de movimentos, de consumo, de modificações nas finalidades, de improviso, de invenções, um lugar do cotidiano.

Certeau (1994, p.202, grifos no original) escreveu que,

Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.

O lugar de consumo pode configurar uma determinada região devido às práticas ali desenvolvidas. As ideias de Febvre, Bloch, Braudel e Certeau perpassam as discussões a seguir, pois os trabalhos aqui reunidos congregam pesquisadores que investigam as relações entre o local, o geral e as construções regionais.

O primeiro deles, “Haciendo historia regional em la Argentina” escrito por Susana Bandieri, trata do movimento historiográfico atual e de tendências que

podem ser detectadas nele, num espectro que vai desde a história mundial até a micro história. Discute o modo pelo qual alguns tornaram-se fundamentais para a produção de um saber alternativo às tendências centralizadoras das historiografias nacionalistas, comum em certos países da América Latina. No caso argentino, este fenômeno derivado da crise de paradigmas experimentada no campo da produção historiográfica mundial resultou, desde a década de 1990, na necessidade de reposicionar construções do passado fundamentadas em narrativas fantasiosas. Na contrapartida, a proposta mais efetiva e atual implica reescrever a história nacional numa perspectiva, por assim dizer, da complexidade. O conceito de região aponta-se como de fundamental importância, em se tratando da patagônica, para a superação da escrita da história tradicional, ou seja, em registro provinciano, que privilegiava o enfoque político-administrativo.

A situação é semelhante no que tange ao nordeste argentino. A regionalização centralizada das décadas de 1960 e 70 foi anunciada como planejamento social, reforma econômica e programa de desenvolvimento. A imposição dos limites e dos designativos para esta parte do país, abrangendo as províncias do Chaco, Corrientes, Misiones e Formosa, se deu em concomitância a intensa produção de saberes. Houve a imposição de nomes a este espaço, por parte de sujeitos pertencentes à várias áreas do saber, destacando-se os títulos de *región misionera*, *región chaqueña*, *litoral argentino* e *mesopotamia*. María Silvia Leoni e María del Mar Solís Carnicer, autoras do segundo artigo “Los procesos de regionalización en el nordeste argentino en las décadas de 1960 y 70: el aporte de las ciencias sociales”, partem do princípio de que o hoje chamado NEA (Nordeste argentino) nunca foi um espaço homogêneo como apresentado nas construções discursivas oficiais. Durante as décadas de 1960 e 70, a região nordeste passou a ser considerada como sub-região administrativa e funcional desconsiderando o desenvolvimento histórico local. Assim, discute-se o papel da *Universidad Nacional del Nordeste* e do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas e Técnicas* na construção desta região.

Estas construções de regionalidades apresentam formas variadas e específicas. O pesquisador chileno Fernando de la Cuadra discute a perspectiva local por meio da capacidade que apresentam certas comunidades e grupos para atividades de caráter solidário. O autor chama para a discussão o enfoque

individualista, que como diz, se tem aplicado em detrimento do local/comunitário pois o Estado, como totalidade, assume a função de gerir os impulsos individuais por meio das políticas públicas. O estudo de iniciativas que buscam gerar laços de cooperação e de solidariedade, seja no campo da ação política seja na busca de alternativas à economia de mercado, diz Cuadra, pode demonstrar a importância das ações locais frente às políticas gerais. Assim várias experiências atuais gestadas em diferentes espaços e territórios da região em estudo vêm enriquecendo o debate e robustecendo o enfrentamento às políticas econômicas impostas no âmbito macro. Assim, as perspectivas emancipatórias surgidas no Chile da década de 1960 se juntam às iniciativas de solidariedade entre as vítimas da crise gerada pelo regime militar (1973-1990), estas chamadas *Organizaciones Económicas Populares* (OEP), para indicar soluções locais para problemas regionais e globais.

No último artigo deste dossiê, José Adilçom Campigoto, Ancelmo Schörner e Anderson Teixeira Renzcherchen discutem as letras de canções pertencentes à discografia da dupla sertaneja brasileira Tônico e Tinoco. Estes arranjos literários são interpretados como espaço praticado e lugares de consumo de algumas produções racionalizadas, centralizadas e expansionistas tais como: os discursos da modernização, da sedentarização urbana e agrícola, do saneamento e do branqueamento populacional. A produção dominante implicou a constituição do sertão, no caso a região de São Paulo, como um produto posto à fruição para diferentes segmentos da sociedade, das primeiras décadas do século XX até a década de 1950. As mencionadas letras musicais, como práticas de espaço ou atos de consumo, reconfiguram o sertão, constituem novas regiões por meio de categorias específicas tais como aldeia, rancho de sapé e bairro.

Dito isso, convidamos a todas e a todos a se debruçarem sobre os artigos, percebendo neles relações entre o local, o geral e as construções regionais.

Boa leitura.

Referências

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: A longa duração. **Revista de História**. N° 62. Vol. XXX. Ano XVI. Abril-Junho 1965.

CAMPO, Riu Ribeiro de. Visão de Vidal de la Blache a respeito de Friedrich Ratzel. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (3): 419-432, set/dez/2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – 1. As Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, região e Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HEINSFELD, Adelar. **Sob a inspiração de Clio**: uma introdução ao estudo da História. São Paulo: DDP Editora, 2013.

PERLATTO, Fernando. **História e geografia**: um diálogo necessário. <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a3.pdf>